

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

Concurso Público TCEMS – Edital n. 01/2013

INFORMAÇÕES E INSTRUÇÕES:

1. Verifique se a prova está completa de acordo com as orientações dos fiscais.
2. A compreensão e a interpretação das questões constituem parte integrante da prova, razão pela qual os fiscais não poderão interferir.
3. Preenchimento do **cartão-resposta da Prova Objetiva**:
 - Preencher para cada questão apenas uma resposta.
 - Preencher totalmente o espaço correspondente, conforme o modelo:
 - Usar apenas caneta esferográfica, escrita normal, tinta azul ou preta. Não usar caneta tipo hidrográfica ou tinteiro.
 - Para qualquer outra forma de preenchimento, a leitora anulará a questão.
4. Assinar o cartão-resposta.

04 DE AGOSTO DE 2013

PROVA: AUDITOR ESTADUAL DE CONTROLE EXTERNO

Duração total da prova: 4 horas

**O CARTÃO-RESPOSTA É PERSONALIZADO.
NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO, NEM CONTER
RASURAS.**

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Assinale a alternativa em que o sentido do enunciado é coerente e sua forma obedece à norma padrão da língua.
 - A) Apesar da internet, estar lenta devido a chuva, continuo conectado.
 - B) Apesar da internet, estar em nosso cotidiano, muitos não têm acesso a essa tecnologia.
 - C) Apesar de a internet, ainda envio carta pelo correio.
 - D) Apesar de a internet ter impingido aos leitores novas formas de ler, os internautas mobilizam estratégias diversificadas de leitura.
 - E) Apesar da internet, os livros impressos continuam a ser produzidos.

2. O gráfico a seguir foi publicado no jornal Folha de S. Paulo, em 05/05/2013, sob o título “Defasagem de cotistas caiu”. Assinale a opção que apresenta outro título possível para esses dados.

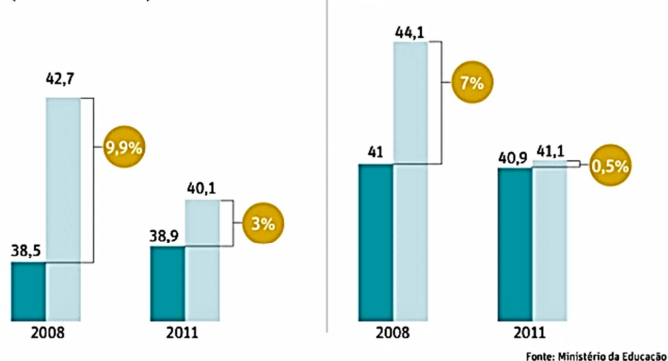
MÉDIA DOS CONCLUINTE

Nas provas específicas do Enade (exame federal de universitários)

■ Cotistas ■ Não cotistas ● Diferença

UNIVERSIDADES PÚBLICAS
(federalis e estaduais)

UNIVERSIDADES FEDERAIS



- A) Cotistas e não cotistas apresentam sensível melhora no desempenho.
 - B) Estudantes de universidades públicas e particulares têm queda de desempenho.
 - C) Maior ingresso de cotistas melhora desempenho universitário no Brasil.
 - D) Desempenho de cotistas tem elevação proporcional ao de não cotistas.
 - E) Desempenho de não cotistas cai enquanto o de cotistas permanece estável.
3. Leia a introdução do editorial “Tempo de amadurecer”, publicado na *Gazeta do Povo* (28/06/13), e indique a alternativa que contém uma asserção coerente com o conteúdo do fragmento.

Em pouquíssimo tempo, os protestos de rua que começaram semanas atrás já passaram por diversas fases. Depois do início tumultuado, da violência policial, das grandes manifestações com dezenas de milhares de pessoas e do ressurgimento do vandalismo, já é possível pensar em um momento de amadurecimento. Um gigante acordado, por si só, pouco pode fazer quando ele não sabe ao certo como vai passar o resto do seu dia. [...]

- A) A mobilização popular espontânea foi um passo importante, mas para se alcançar os efeitos desejáveis, na sequência, será necessário usar o bom-senso e recorrer a estratégias de organização.
- B) Os protestos do povo brasileiro nas ruas foram em vão; apenas geraram transtorno, vandalismo e hostilidade contra as instituições.
- C) A mobilização popular, por fazer ressurgir o vandalismo, não se configura como um exercício saudável de cidadania.

- D) Manter a mobilização popular é colocar as instituições em risco. É chegada a hora de recuar para evitar que as cidades paguem um alto preço pelos protestos.
- E) Finalmente, o gigante acordou. Embora as cidades venham sofrendo danos causados por vândalos que se aproveitam do momento para atos de rebeldia, o ímpeto dos protestos não deve arrefecer.
4. O texto abaixo, fragmento de editorial da revista *Veja* (18/08/04), serve de base para a questão a seguir. Em sua *Ética a Nicômaco*, o filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.) produziu a definição clássica do papel da imprensa. “Alguns poucos cidadãos adquirem o poder de fazer políticas públicas. Todos, porém, têm o direito de criticá-las”, escreveu o famoso discípulo de Platão. A sabedoria de Aristóteles está principalmente em ter estabelecido que os governos e seus críticos, embora façam parte da mesma sociedade, ocupam nela esferas inteiramente diferentes. Os primeiros têm o poder. Os segundos, o direito. Por essa razão, a qualidade da imprensa deve ser sempre medida por seu grau de independência nas relações com os governos. Estes são tanto melhores quanto mais preservam a liberdade de seus críticos. [...]

Assinale a alternativa **VERDADEIRA**.

- A) No segmento *Os segundos, o direito*, houve omissão da forma verbal têm, fato que comprometeu a clareza da informação.
- B) A frase que está entre aspas, por ser uma citação literal, deveria ter sido colocada em parágrafo diferente, ou seja, separada da frase inicial.
- C) As aspas empregadas no texto podem ser substituídas por travessões.
- D) O conectivo *embora* pode ser substituído por *mesmo que*, sem necessidade de ajuste na forma do verbo *fazer*.**
- E) O conectivo *porém* (usado na citação) pode ser substituído por *portanto* sem haver comprometimento de sentido entre os segmentos relacionados pelo conectivo.
5. Um dos preconceitos presentes na cultura brasileira é o preconceito linguístico, que fica muito claro numa série de afirmações falaciosas do próprio brasileiro. Analise os itens a seguir e assinale aquele revelador de preconceito.
- A) O português brasileiro, assim como qualquer outra língua, caracteriza-se pela diversidade de falares, ou seja, é constituído por um conjunto de variedades.
- B) O português brasileiro é diferente do português europeu, mas isso não significa que este seja melhor, superior àquele.
- C) Na língua oral, a pronúncia deve espelhar a forma ortográfica das palavras.**

- D) O português vai mudando com o passar do tempo – esse é um fenômeno próprio das línguas, e não um sinal de sua degeneração.
- E) Respeitar a variedade linguística dos falantes é uma forma de respeito à multiculturalidade social.
6. O trecho a seguir apresenta o emprego inadequado de pronomes relativos, o que prejudica a clareza e a coesão textual. Assinale a alternativa que apresenta a substituição adequada, segundo a norma culta da língua portuguesa.

Os protestos dos cidadãos que ocorreram na tarde de ontem, **onde** os manifestantes se exaltaram, repercutiram muito negativamente para a imagem da cidade, **onde** foi depredada. O poder público interveio, **à qual** a melhor solução fosse encontrada. Após muito diálogo, os manifestantes, **que a** reivindicação era digna, foram atendidos.

- A) quando – a qual – para que – cuja**
- B) cujo – que – onde – aos quais
- C) os quais – a qual – para que – de quem
- D) para a qual – que – a fim de que – os quais
- E) cujo – à qual – onde – os quais

Memorando nº 23/DP

Em 01 de julho de 2013.

Ao Sr. Chefe do Departamento de Administração

Assunto: Cursos de capacitação

- Nos termos do Plano Geral de Capacitação, comunicamos que, do dia 26 de agosto ao dia 30 de setembro, haverá cursos de formação para os funcionários do Setor Administrativo.
- O horário dos cursos será das 14h às 18h, diariamente, e a presença é obrigatória. Cada chefe de seção deverá comunicar aos seus colaboradores a relevância dos temas a serem abordados.
- As aulas ocorrerão na sala de conferências do 2º andar, e as inscrições serão feitas pelo e-mail corporativo.

Atenciosamente,

Júlio Souza
Diretor de Recursos Humanos

7. Assinale a alternativa que apresenta uma informação **FALSA** em relação ao memorando oficial.
- A) Na administração pública, o memorando é uma forma de correspondência entre autoridades de um mesmo órgão ou entre diretores e chefes, e vice-versa.

- B) É obrigatório o emprego do número do documento e da sigla de identificação de sua origem, na margem esquerda superior do expediente.
- C) Fechos como “Com os protestos de elevada estima e apreço” devem ser evitados, devido à prolixidade.
- D) O nome e o cargo do signatário da comunicação devem constar após o fecho, e são obrigatórios.
- E) Visto que o memorando é um documento de comunicação rotineira, o item Assunto é facultativo, pois o corpo do texto deve apresentar com clareza o tema tratado.
8. Nas palavras da língua portuguesa contemporânea existem prefixos gregos e latinos equivalentes semanticamente. Segundo o gramático Rocha Lima (2000), os prefixos gregos *a-*, *an-*, como em *acéfalo* e *anônimo*, e os prefixos latinos *des-*, *in-*, como em *desleal* e *incapaz*, são equivalentes em significado, indicando privação, afastamento, separação, negação, oposição.
- Analise o significado das palavras a seguir e selecione a alternativa em que todas elas apresentam um dos prefixos acima exemplificados, com seu respectivo significado.
- A) desaconselhar – desertar – apagar – designar – desabotoar.
- B) ajuizado – desfilar – descolar – intolerância – inútil.
- C) desdizer – desabituar – inadiável – desculpar – amoral.
- D) descobrir – apelidar – invencível – desejar – inviável.
- E) desfazer – incorreto – apegar – inábil – desempregado.

Leia a crônica para responder às questões 9 e 10.

Reflexões sobre o travessão

Adoro sinais de pontuação. Eles são o detalhe mais sofisticado da linguagem visível, isto é, a escrita. “Linguagem visível” – não é uma estranha imagem? E vejam como o travessão da frase anterior deixou o leitor respirar graficamente, aquele microssegundo de pausa que destaca, como uma discreta moldura, a informação seguinte! Já esse ponto de exclamação indicou imediatamente ao leitor, sem nenhuma explicação acessória, a admiração do cronista. Parece óbvio, não? – mas vejam, na simples vírgula depois do “óbvio”, e imediatamente depois do “não” (observem o detalhe das aspas, e, agora, dos parênteses), o ponto de interrogação já avisa o leitor, simulando a entonação, de que se trata de uma pergunta.

Parece óbvio – mas não é. Houve uma longa caminhada histórica, de séculos, para a escrita ser realmente pensada como um sistema de leitura

silenciosa, que só a partir do século 16 começou a se tornar comum. Antigamente, a linguagem escrita era toda articulada pensando na voz alta e na leitura pública (também porque havia pouquíssimas cópias de texto disponíveis, que precisavam ser socializadas, antes que Gutemberg libertasse o trabalho braçal da reprodução). Daí, por exemplo, que nasceu a cedilha, esta curiosa excrescência que todo usuário de teclado não adaptado ao português sofre para encontrar ou formatar. Num momento da história do latim, a letra “C”, em alguns casos, passou a ser pronunciada como “ts” ou “s” (e não mais com o som de “k”, como em “casa”) – e, para que o leitor não errasse a leitura, o escriba escrupuloso anotava, embaixo do “C”, um pequeno “s”. E assim nasceu o híbrido “Ç”. Aquele rabinho que tanto reprova nos exames de redação e nos faz passar vergonha ortográfica (a pior de todas! – embora, tecnicamente falando, seja a mais desimportante, porque puramente convencional), o tal rabinho não passa de um êsse disfarçado. E há outras curiosidades – o próprio ponto, esse sinal mortal que fecha a frase, também foi uma invenção relativamente recente da história da escrita, para informar o leitor que uma frase acabava e começava outra.

Linguagem visível: (vejam como esses dois pontos são plenos de sentido!) colocar no papel, como desenho, um código capaz de representar a infinita riqueza e variedade da nossa fala de todo dia (Para os curiosos, Uma história da leitura, de Alberto Manguel, é um livro maravilhoso sobre esta passagem). Mas eu queria falar era do travessão – sou adepto deste recurso sofisticado, que abre clareiras de sentido apenas por abrir espaço no meio da frase. Além de indicar, no início dos parágrafos, de alguém vai falar, um recurso romanesco clássico, hoje cada vez mais substituído pelas aspas (o padrão inglês de marca de diálogo), que são boas, reconheço, mas um tantinho “sujas” na “mancha” da página, que fica cheia de “penduriclhos”.

Já o travessão – mas acabou o espaço.

TEZZA, Cristovão. Reflexão sobre o travessão. *Gazeta do Povo*, Curitiba, p. 3, 21 de ago. 2012.

9. Na crônica, o autor

- A) descreve as regras, estabelecidas pela norma padrão, de emprego dos sinais de pontuação.
- B) delinea a história da escrita para explicar a criação do “Ç” e do ponto final, bem como para apresentar, detalhadamente, a finalidade desse sinal de pontuação.
- C) utiliza a metalinguagem e explica que os sinais de pontuação são recursos visíveis que atribuem sentido ao texto.
- D) declara seu gosto pelos sinais de pontuação e defende o uso do travessão, sobretudo porque ele substitui as aspas.
- E) explica sua preferência pelo emprego do travessão, pois esse é o padrão inglês de marca de diálogo.

10. Em relação ao texto, *Reflexões sobre o travessão*, assinale a alternativa **FALSA**.
- A) O emprego de “vejam” (1º e 3º parágrafos) e de “observem” (1º parágrafo) assinala a interação entre autor e leitor.
 - B) Em “Mas eu queria falar era do travessão” (3º parágrafo), o emprego do “mas” articula a oposição entre os comentários, explicações complementares apresentadas pelo autor, e o propósito anunciado já no título, *Reflexões sobre o travessão*.
 - C) Em “Já o travessão” (4º parágrafo), o emprego de “já” articula a contraposição entre o **não** uso de aspas e o uso de travessão.
 - D) Os parênteses são utilizados para inserir informações complementares que aparentemente são desnecessárias, mas que o autor quis assegurar ao leitor.
 - E) “E assim nasceu o híbrido ‘Ç’” (2º parágrafo), o “assim” estabelece ideia de tempo.
11. Luiz está noivo há 3 anos e, agora que pretende se casar, quer comprar um apartamento no valor de R\$1.200.000,00. No banco X, encontra a possibilidade de financiar o apartamento em 120 meses, sem entrada e sem carência, a uma taxa de 12% ao ano, com capitalização mensal. Com base na situação apresentada, é **CORRETO** afirmar que
- A) no sistema Price, as três primeiras parcelas serão menores que as três primeiras parcelas do Sistema de amortização constante.
 - B) no sistema Price, a 60ª parcela será igual à 60ª parcela do sistema de amortização constante.
 - C) no sistema Price, a 40ª parcela será igual à 40ª parcela do sistema de amortização constante.
 - D) no sistema Price, a 118ª parcela será igual à 118ª parcela do sistema de amortização constante.
 - E) no sistema Price, a 45ª parcela será igual à 45ª parcela do sistema de amortização constante.
12. André é um cliente muito especial. O gerente do banco X, querendo ganhar a confiança de André, faz uma proposta de aplicação, que é aceita. André aplicou R\$ 500.000,00 por um ano. Ao final, retirou R\$ 661.500,00. Dado esse contexto e considerando a incidência de juros compostos, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Se a inflação no período foi de 20%, André ganhou uma taxa real de 12,3% ao ano.
 - B) Se a inflação no período foi de 20%, André ganhou uma taxa real de 5% ao semestre.
 - C) Se a inflação no período foi de 16%, André ganhou uma taxa real de 8,15% ao semestre.
 - D) Se a inflação no período foi de 20%, André ganhou uma taxa real de 2% ao trimestre.
 - E) Se a inflação no período foi de 25%, André ganhou uma taxa real de 6,534% ao ano.
13. A equipe de Ricardo tem 15 pintores, que pintam 30.000 m² em 20 dias, trabalhando 8 horas por dia. Contratando-se mais 3 pintores e trabalhando 6 horas por dia, quantos dias serão necessários para essa equipe pintar 31.050m², considerando que todos os pintores tenham idêntica capacidade de trabalho?
- A) 25
 - B) 21
 - C) 19
 - D) 23
 - E) 22
14. Para melhorar a sua qualificação profissional, Evandro resolve comprar um computador e estudar informática. Porém, por não dispor do dinheiro para pagar à vista, comprou-o pagando 20% de entrada, mais uma parcela para daqui 6 meses. A parcela é igual a 90% do valor à vista. Considerando a incidência de juros simples, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A taxa de juros é igual a 6,25% ao trimestre.
 - B) A taxa de juros é igual a 6,06% ao trimestre.
 - C) A taxa de juros é igual a 2,2% ao mês.
 - D) A taxa de juros é igual a 1,009% ao mês.
 - E) A taxa de juros é igual a 10% ao semestre.
15. Assinale a alternativa que, sob o ponto de vista lógico, apresenta a afirmação e a sua correlata negação.
- A) Afirmação: Se hoje é 12 de junho, então é dia dos namorados.
Negação: Se hoje não é dia dos namorados, então não é 12 de junho.
 - B) Afirmação: Hoje é dia dos namorados se e somente se for 12 de junho.
Negação: Hoje não é dia dos namorados se e somente se não for 12 de junho.
 - C) Afirmação: Hoje é dia dos namorados se e somente se for 12 de junho.
Negação: Hoje é dia dos namorados e não é 12 de junho ou hoje é 12 de junho e não é dia dos namorados.
 - D) Afirmação: Se hoje é 12 de junho, então é dia dos namorados.
Negação: Se hoje não é dia dos namorados, então é 12 de junho.
 - E) Afirmação: Hoje é dia dos namorados e é 12 de junho.
Negação: Hoje não é dia dos namorados e não é 12 de junho.
16. Assinale a alternativa que contém argumentos válidos, sob o ponto de vista lógico.
- A) Ostra é um crustáceo.
Gato não é ostra.
Conclusão: gato não é crustáceo.

- B) Alguns carecas são ricos.
Todos os ricos são saudáveis.
O homem é careca.
Conclusão: o homem é saudável.
- C) Todo A é B.
Algum C é B.
Logo, algum C é A.
- D) Algum A é B.
Algum C é B.
Logo, algum A é C.
- E) Todos os mamíferos são bons nadadores.
Todas as pedras são vegetais.
Todos os vegetais são mamíferos.
Conclusão: todas as pedras são boas nadadoras.**
17. Carlos e sua esposa sempre tiveram uma vida simples, mas com bons hábitos alimentares e prática de exercícios. Seu filho Renan, um médico que adora matemática, calculou a probabilidade de Carlos e sua esposa estarem vivos daqui a 20 anos, com as seguintes respostas: 0,8 para Carlos e 0,9 para sua esposa. Dado esse contexto, pergunta-se: Qual a probabilidade de, daqui a 20 anos: (i) ambos estarem vivos, (ii) de nenhum dos dois estar vivo e (iii) de ao menos um estar vivo, respectivamente?
- A) 0,02 – 0,72 – 0,28
B) 0,9 – 0,02 – 0,98
C) 0,72 – 0,02 – 0,98
D) 0,98 – 0,72 – 0,02
E) 0,8 – 0,02 – 0,72
18. De modo geral, são considerados como malware softwares destinados a se infiltrar em um sistema de computador alheio de forma ilícita, com intuito de causar algum dano ou roubo de informação. Vírus de computador, worms, trojans e spywares são variações de malwares, cada qual com comportamentos e objetivos distintos. Um malware é classificado como worm quando possui a característica de
- A) apenas se propagar quando executado por um usuário, vindo de arquivo anexo em e-mail ou mensagens em redes sociais.
B) se propagar de computador para computador sozinho, sem ter que se anexar a algo ou alguma coisa.
C) se esconder dentro de outros softwares, para ser acionado inadvertidamente pelo usuário.
D) inundar sites de internet com requisições de informação e solicitação de serviços, para que fiquem lentos ou caiam.
E) monitorar os dados que trafegam em uma rede, podendo capturar senhas e informações confidenciais.
19. O Excel 2010, software de planilha eletrônica do pacote Microsoft Office 2010, é capaz de realizar várias funções de cálculo, entre elas a função de SOMA. Assim, pergunta-se: qual a sintaxe **CORRETA** da função de SOMA para que seja calculado o somatório

de números contidos nas células: A1, A2, A3, A4, A5, A6?

- A) =SOMA(A1:A6)**
B) =SOMA(A1;A6)
C) =SOMA(A1+A6)
D) =SOMA(A1->A6)
E) =SOMA(A1<>A6)

20. Para a instalação de uma rede de computadores, utilizando a topologia estrela, é necessário utilizar equipamentos que interligam e concentram os cabos de rede conectados aos computadores, impressoras e outros dispositivos que compartilhem esse meio de comunicação. Entre esses equipamentos de concentração de cabos, um deles é capaz de realizar a comunicação entre os dispositivos de modo mais inteligente, evitando replicação desnecessária de informação. Ele faz isso memorizando os endereços dos equipamentos conectados a cada porta, estabelecendo canais independentes de comunicação. Qual o nome desse dispositivo?

- A) Switch.**
B) Hub.
C) Placa de rede.
D) Replicador.
E) Gateway.

CONTABILIDADE

21. A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) passou a ser um relatório obrigatório pela contabilidade para todas as sociedades com patrimônio líquido, na data do balanço, igual ou superior a:
- A) R\$ 2.000.000,00.**
B) R\$ 500.000,00.
C) R\$ 1.000.000,00.
D) R\$ 5.000.000,00.
E) R\$ 10.000.000,00.
22. Para efeitos gerenciais, o Balanço Patrimonial pode ser reclassificado em contas financeiras (erráticas), operacionais (cíclicas) e permanentes, tornando possível, em termos dinâmicos, o cálculo da necessidade de capital de giro – NCG da empresa. A NCG é calculada da seguinte forma:
- A) AF (ativo financeiro ou errático) – PF (passivo financeiro ou errático)
B) AP (ativo permanente) – PP (passivo permanente).
C) PO (passivo operacional ou cíclico) – AO (ativo operacional ou cíclico).
D) AO (ativo operacional ou cíclico) – PO (passivo operacional ou cíclico).
E) PP (passivo permanente) – AP (ativo permanente).

QUESTÃO 22 ANULADA.

23. Na contabilidade, o termo débito significa:
- A) Origens de recursos; De onde vieram os recursos; Qual a origem dos recursos.
 - B) O valor que deverá ser pago, débito é equivalente à dívida.
 - C) A aplicação de recursos; Para onde foram os recursos; Onde foram aplicados os recursos.
 - D) O valor que a empresa tem para receber de terceiros; é o débito de terceiros.
 - E) A aplicação de recursos exclusivamente no ativo não circulante.
24. As contas que servem para apurar o resultado da empresa no exercício financeiro são compostas por:
- A) obrigações e o patrimônio líquido.
 - B) disponibilidades e exigibilidades.
 - C) direitos e deveres.
 - D) bens e direitos.
 - E) receitas e despesas.
25. Na determinação do resultado do exercício, devem ser computados(as):
- A) apenas as receitas e os rendimentos efetivamente recebidos no período.
 - B) os custos e despesas efetivamente pagos no período, correspondentes ou não a receitas e rendimentos ganhos no período.
 - C) somente os custos e despesas apurados pelo regime de caixa.
 - D) somente os custos e despesas apurados pelo regime de competência.
 - E) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda.
26. O Princípio da Competência, na Contabilidade, está relacionado ao registro de todas as receitas e despesas de acordo com
- A) o efetivo recebimento das receitas.
 - B) o efetivo recebimento das receitas e pagamento das despesas.
 - C) o fato gerador.
 - D) o prazo médio de pagamento e recebimento.
 - E) o reconhecimento das despesas incorridas em determinado período.
27. No Brasil, o Orçamento Público é classificado em três leis distintas, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Assinale a alternativa que apresenta o nome **CORRETO** dessas três leis.
- A) Lei do Orçamento Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Plano Plurianual.
 - B) Lei do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes e Bases, e Lei do Orçamento-Programa.
 - C) Lei do Orçamento Fiscal, Lei do Orçamento da Seguridade Social, e Lei do Orçamento de Investimento.
 - D) Lei n. 4.320/1964, Lei Complementar n. 101/200, e Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - E) Lei do Orçamento Anual, Lei do Orçamento Plurianual e Lei do Orçamento-Programa.
28. Segundo a categoria econômica, a Receita Pública Orçamentária é classificada em:
- A) Receita Corrente e Receita Direta.
 - B) Receita Corrente e Receita de Capital.
 - C) Receita Tributária e Receita de Capital.
 - D) Receita de Contribuição e Receita Corrente.
 - E) Receita Tributária e Receita Corrente.
29. Com relação à Contabilidade Pública, qual Lei deu início à instituição de normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal?
- A) Lei Federal n. 6.404/1976.
 - B) Lei Federal n. 4.320/1964.
 - C) Lei Complementar n. 101/2000.
 - D) Lei Complementar n. 11.638/2008.
 - E) Lei Federal n. 101/2000.
30. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP é dividido em quantas bases?
- A) Oito.
 - B) Nove.
 - C) Cinco.
 - D) Seis.
 - E) Sete.
31. De acordo com as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, o Balanço Patrimonial é estruturado conforme o
- A) anexo n. 12 da Lei Complementar n. 101/2000.
 - B) anexo n. 13 da Lei n. 4.320/1964.
 - C) anexo n. 13 da Lei Complementar n. 101/2000.
 - D) anexo n. 14 da Lei n. 4.320/1964.
 - E) anexo n. 12 da Lei n. 4.320/1964.
32. Assinale a alternativa que apresenta a definição **CORRETA** para o Ativo Real do Balanço Patrimonial.
- A) Os saldos em conta bancárias vinculadas a determinado convênio, fundo e as despesas obrigatórias.
 - B) Os valores que a entidade tem a receber.
 - C) Os bens adquiridos para ficarem permanentemente na entidade, assim como os valores a receber em longo prazo.
 - D) Os saldos disponíveis em caixa e bancos.

- E) A soma do Ativo Financeiro com o Ativo Permanente.
33. De acordo com o artigo 35 da Lei n. 4.320/1964, a qual versa sobre as receitas e despesas pertencentes ao exercício financeiro, a contabilização das despesas deverá ser efetuada em qual momento?
- A) Quando as despesas são legalmente pagas.
B) Quando as despesas são legalmente fixadas.
C) Quando as despesas são legalmente empenhadas.
D) Quando as despesas são legalmente contratadas.
E) A legislação não especifica o momento exato.
34. Qual das alternativas a seguir representa uma receita corrente?
- A) Alienação de Bens.
B) Receita Tributária.
C) Transferências de Capital.
D) Operações de Crédito.
E) Amortização de Empréstimos.
35. Classificam-se como inversões financeiras as dotações destinadas à
- A) aquisição de imóveis.
B) locação de imóveis.
C) aplicação financeira.
D) concessão de isenções fiscais.
E) aquisição de bens móveis.
36. De acordo com a Lei n. 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, como são chamadas as despesas legalmente empenhadas, mas que não tiveram o seu pagamento realizado dentro do exercício financeiro?
- A) Restos a pagar.
B) Créditos adicionais.
C) Restituições a pagar.
D) Devoluções.
E) Dívida pública fundada.
37. Os créditos adicionais são classificados em:
- A) suplementares, especiais e extraorçamentários.
B) suplementares, especiais e extraordinários.
C) suplementares, adicionais e extraordinários.
D) complementares, especiais e extraordinários.
E) complementares, especiais e extraorçamentários.
38. No balanço orçamentário público, quando a receita arrecadada é maior do que a despesa executada há:
- A) excesso de arrecadação.
B) economia de despesa.
C) insuficiência de arrecadação.
D) **superavit orçamentário.**
E) deficit orçamentário.
39. No balanço orçamentário público, quando a receita prevista for maior que a receita arrecadada há:
- A) equilíbrio na execução da receita.
B) *superavit* (ou excesso) de arrecadação.
C) equilíbrio na execução da despesa.
D) economia orçamentária (ou de dotação).
E) **deficit** (ou insuficiência) de arrecadação.
40. Em relação ao plano de contas único do Governo Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) As variações patrimoniais serão reconhecidas pelo regime de competência patrimonial, visando garantir o reconhecimento de todos os ativos e passivos das entidades que integram o setor público, conduzir a contabilidade do setor público brasileiro aos padrões internacionais e ampliar a transparência sobre as operações públicas.
B) As chamadas variações patrimoniais qualitativas decorrem de transações que aumentam o patrimônio líquido, dividindo-se em aumentativas e diminutivas.
C) As variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas decorrem de transações que aumentem ou diminuam o patrimônio bruto.
D) A venda de mercadorias, produtos e serviços não se inclui nas variações patrimoniais aumentativas.
E) Os benefícios assistenciais, por deterem características de fomento social, não se incluem no grupo das variações patrimoniais diminutivas.

DIREITO

41. Sobre a responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado, é **CORRETO** afirmar que:
- A) os agentes respondem pela culpa administrativa.
B) os agentes respondem pela culpa anônima.
C) os agentes respondem pela "*faute du service*".
D) a norma constitucional considera que pode ser responsabilizado não apenas o Estado, mas também as pessoas jurídicas de Direito Privado prestadoras de serviço público.
E) somente pessoas jurídicas de Direito Público interno respondem (União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias).
42. A Administração Pública Indireta é constituída exclusivamente por:
- A) pessoas jurídicas de Direito Privado Interno.
B) pessoas jurídicas de Direito Público Misto.
C) pessoas jurídicas de Direito Público.

- D) pessoas jurídicas de Direito Público e de Direito Privado.
- E) órgãos públicos que não prestam serviços públicos.
43. Em relação ao controle de despesas decorrentes de contratos e demais instrumentos disciplinados pela Lei n. 8.666/93, é **CORRETO** afirmar que:
- A) os Tribunais de Contas podem solicitar cópia do instrumento convocatório da licitação, após sua publicação, até o dia imediatamente anterior à sessão de recebimento das propostas, para examiná-lo e determinar medidas corretivas, que deverão ser acatadas pela entidade promotora da licitação.
- B) os Tribunais de Contas podem solicitar cópia do instrumento convocatório da licitação, após sua publicação, até o quinto dia anterior ao recebimento das propostas, para examiná-lo e determinar medidas corretivas, que serão acatadas pela entidade promotora da licitação a seu critério subjetivo.
- C) os Tribunais de Contas podem solicitar cópia do instrumento convocatório da licitação, após sua publicação, até o quinto dia anterior ao recebimento das propostas, para examiná-lo e determinar medidas corretivas, que serão acatadas pela entidade promotora da licitação a seu critério objetivo.
- D) os Tribunais de Contas podem solicitar cópia do instrumento convocatório da licitação, após sua publicação, até o quinto dia anterior ao recebimento das propostas, para examiná-lo e sugerir medidas corretivas, que, discricionariamente, serão acatadas pela entidade promotora da licitação.
- E) os Tribunais de Contas podem solicitar cópia do instrumento convocatório da licitação, após sua publicação, até o dia imediatamente anterior à divulgação do julgamento das propostas, para examiná-lo e determinar medidas corretivas que serão obrigatoriamente acatadas pela entidade promotora da licitação.
44. Em relação ao processo judicial, em caso de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito, cause prejuízo ao erário ou atente contra os princípios da Administração Pública, é **CORRETO** afirmar que:
- A) a ação principal terá rito ordinário, é inadmissível a transação, o acordo ou a conciliação, e será proposta exclusivamente por pessoa jurídica interessada.
- B) a ação principal terá rito ordinário, é inadmissível a transação, o acordo ou a conciliação, e será proposta conjunta e concomitantemente pelo Ministério Público e por pessoa jurídica interessada.
- C) a ação principal terá rito ordinário, é inadmissível a transação, o acordo ou a conciliação, podendo ser proposta pelo Ministério Público ou por pessoa jurídica interessada, e, se proposta por esta última, o Ministério Público deve atuar como fiscal da lei, sob pena de nulidade.
- D) a ação principal terá rito ordinário, é inadmissível a transação, o acordo ou a conciliação, e será proposta somente pelo Ministério Público.
- E) a ação principal terá rito sumaríssimo, é inadmissível a transação, o acordo ou a conciliação, podendo ser proposta pelo Ministério Público ou por pessoa jurídica interessada, e, se proposta por esta última, o Ministério Público deve atuar como fiscal da lei.
45. Na hipótese de um procedimento licitatório que contém regra contrária ao princípio da isonomia e restringe a competitividade, qual será a consequência?
- A) Se o contrato já foi celebrado e seu objeto já está em execução, deve ser revogado, pois o motivo da revogação da licitação é transferido para o contrato.
- B) Se o contrato já foi celebrado e seu objeto já está em execução, deve ser convalidado, porque a etapa licitatória já se encerrou e não seria possível desfazer o que o contratado já executou.
- C) Se o contrato já foi celebrado e seu objeto já está em execução, deve ser suspenso por prazo não superior a cento e vinte dias, instaurando-se processo administrativo de revisão contratual.
- D) Prossegue-se normalmente a execução do objeto contratual, pois o questionamento do processo licitatório precluiu.
- E) Se o contrato já foi celebrado e seu objeto já está em execução, deve ser anulado, pois a nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato.
46. Dez integrantes da tribo Guarani-Kaiowá, localizada na Cidade de Japorã/MS, se deslocaram para Campo Grande/MS. O cacique “Auuêiêo” compareceu à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na capital, para solicitar a expedição de certidão negativa, ao fim de vir a proteger seus direitos, sendo-lhe fornecida pelo Poder Público Estadual trinta (30) dias do protocolo de seu pedido. Os demais indígenas expunham seus produtos de artesanato, seguindo seus hábitos e costumes, na Avenida Brasil, região Central de Campo Grande, quando, repentinamente, foram instados a retirarem-se do local pelos fiscais estaduais, os quais lhes orientaram a não comercializar seus produtos de artesanato naquele local, alocando-os, todavia, em feira de exposição diária que acontece em lugar apropriado, sem qualquer custo.
- Avaliando a exposição ilustrativa, é **CORRETO** afirmar que:

- A) a certidão expedida pelo Poder Público é um ato administrativo propulsivo; o prazo para expedir certidão pelo Poder Público Estadual é de dois dias e, por isso, inexistente qualquer irregularidade; e o Estado cometeu abuso de poder ao retirar o grupo indígena do local em que expunham seus objetos de artesanato.
- B) a emissão de certidão pelo Poder Público Estadual é um ato administrativo enunciativo; o prazo para expedição de certidão pelo Estado de Mato Grosso do Sul é de trinta dias e, por isso, inexistente qualquer irregularidade; e nenhuma ilegalidade houve na atuação dos fiscais estaduais, pois exerceram o Poder de Polícia respeitando a arte e a cultura indígena.
- C) a expedição de certidão pelo Poder Público é um ato administrativo enunciativo; o prazo de emissão da certidão é de, no máximo, três dias; e não há falha na proibição dos índios em exporem seus objetos na rua.
- D) a emissão de certidão pelo Poder Público Estadual é um ato administrativo ordinatório; o prazo para sua expedição pelo Poder Público é de dez dias; e nenhuma irregularidade houve na atuação dos fiscais estaduais, pois exerceram, regularmente, o Poder de Polícia e respeitaram a arte e a cultura indígena.
- E) a emissão de certidão pelo Poder Público Estadual é um ato administrativo enunciativo; o prazo para expedição da certidão pelo Poder Público é de cinco dias; e nenhuma irregularidade houve na atuação dos fiscais estaduais, pois exerceram, regularmente, o Poder de Polícia e respeitaram a arte e a cultura indígena.
47. Analise os itens a seguir, e assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A extinção do ato administrativo pode, dentre outras formas, ocorrer por revogação e anulação; a revogação é um ato discricionário, operando, de regra, efeitos *ex tunc*; a anulação, a sua vez, é um ato obrigatório, pois atinge os motivos, a finalidade e o objeto do ato administrativo, e seus efeitos são, em regra, *ex nunc*.
- B) A responsabilidade civil do Estado é sempre objetiva, ou seja, exige a presença de culpa e dispensa a demonstração do dolo do agente público.
- C) São bens do Estado-membro as terras de ocupação imemorial e tradicional dos índios, bem como são bens públicos de uso comum as universidades, teatros e museus.
- D) De acordo com a Lei 12.462/2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, o procedimento de licitação observará, na sua ordem, as fases seguintes: preparatória; publicação do instrumento convocatório; apresentação de propostas ou lances; julgamento; habilitação; recursal e encerramento.
- E) A Administração Pública não pode, em qualquer hipótese, alterar e rescindir unilateralmente o contrato administrativo.
48. No condizente ao processo administrativo, a esteio da Lei 9.784/99, avalie as proposições e assinale a alternativa **CORRETA**:
- A) Órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta, enquanto Entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- B) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício, vedando-se a iniciativa pelo particular.
- C) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis não poderão ser convalidados pela própria Administração.
- D) Os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da finalidade e da eficiência são desconsiderados no processo administrativo, na medida em que apenas os princípios da motivação, da ampla defesa, do contraditório, da moralidade, do interesse público e da segurança jurídica são obedecidos.
- E) De regra, o recurso administrativo detém efeito suspensivo, e o prazo para sua interposição é de cinco dias.
49. Sobre a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, no tocante ao Tribunal de Contas Estadual, é **CORRETO** afirmar que:
- A) O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul é composto de nove Conselheiros.
- B) Os membros do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul são designados, exclusivamente, pelo Governador do Estado.
- C) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, nos termos da lei, denunciar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades.
- D) O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul atua como Órgão de fiscalização externa e interna, vinculado ao Poder Judiciário, e seus membros são denominados Ministros.
- E) O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul tem jurisdição apenas na capital do Estado.
50. No tocante às formas de provimento de cargos públicos, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A forma de provimento derivado horizontal é a readaptação.
- B) A forma originária de provimento de cargo público é a promoção.
- C) Exemplo típico de provimento derivado vertical é a nomeação.

- D) Vacância converge com investidura do agente público a cargo, emprego ou função.
- E) Recondução é o retorno do servidor ilegalmente desligado de seu cargo ao mesmo que antes ocupava ou, não sendo possível, ao seu sucedâneo ou outro equivalente.
51. Sobre a aplicabilidade das normas constitucionais, assinale alternativa **CORRETA**.
- A) As normas definidoras de direitos fundamentais são normas de eficácia contida e aplicabilidade mediata porque demandam regulamentação legislativa.
- B) As normas definidoras de direitos fundamentais são normas de eficácia limitada e aplicabilidade mediata porque demandam regulamentação legislativa.
- C) O direito de livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato, é norma constitucional de eficácia limitada.
- D) As normas definidoras de direitos e garantias individuais possuem aplicabilidade imediata.
- E) As normas programáticas, por demandarem regulamentação, não produzem nenhum efeito enquanto durar a omissão do legislador.
52. Sobre a autonomia municipal, é **CORRETO** afirmar que
- A) é fenômeno meramente retórico na medida em que inexistem instrumentos jurídicos para sua proteção.
- B) integra as chamadas cláusulas pétreas, sendo protegida juridicamente, dentre outros mecanismos, pelo instituto da intervenção da União nos Estados.
- C) não constando do rol das cláusulas pétreas, desafia mecanismo de proteção de feição exclusivamente política.
- D) é princípio sem efetividade porque a própria Constituição dispõe que os municípios serão criados por Lei Estadual.
- E) os municípios não possuem autonomia constitucional no sistema jurídico brasileiro porque dependem do repasse de receitas tributárias da União e dos Estados.
53. Em relação à competência residual no campo tributário, é **CORRETO** afirmar que ela poderá ser exercida
- A) apenas pela União Federal.
- B) pela União Federal e pelos municípios.
- C) pela União Federal e pelo Estado-membro, por decorrência da adoção de um modelo federativo de cooperação.
- D) apenas pelo Estado-membro, porque, em face do art. 25, § 1º, da Constituição Federal, reserva-se aos Estados todas as competências que não lhe sejam vedadas.
- E) pela União Federal, Estados-membros, Distrito Federal e municípios, porque se trata de competência concorrente.
54. Sobre a classificação das constituições, é **CORRETO** afirmar:
- A) A Constituição brasileira de 1988 é outorgada, histórica, escrita, analítica, dirigente e semirrígida.
- B) Constituições dogmáticas são aquelas inspiradas em valores positivistas e, por isso, não admitem nenhum tipo de questionamento judicial ou administrativo.
- C) A Constituição brasileira de 1988 é analítica, dogmática, escrita, dirigente, promulgada e rígida.
- D) A Constituição brasileira de 1988 pode ser classificada como flexível, tendo em vista as inúmeras emendas constitucionais que já recebeu.
- E) A rigidez constitucional se caracteriza pela impossibilidade de qualquer alteração do texto formal da constituição.
55. Sobre a ação direta de inconstitucionalidade das leis no Supremo Tribunal Federal, é **CORRETO** afirmar que
- A) pode ser proposta por Deputado Federal apenas em relação às leis editadas no âmbito do Congresso Nacional.
- B) pode ser proposta pelo Presidente da República, ainda que se trate de impugnação de lei estadual.
- C) pode ser proposta por Deputado Federal apenas em relação às leis editadas no âmbito da Câmara dos Deputados.
- D) pode ser proposta por Deputado Estadual, desde que se trate de legislação local.
- E) pode ser proposta por Mesa de Assembleia Legislativa apenas quando o ato impugnado for estadual ou municipal.
56. Em relação à competência para legislar sobre orçamento e finanças públicas na Constituição de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) É uma competência enumerada e concorrente, cabendo aos Estados-membros a edição de normas específicas para atender às peculiaridades locais, respeitando as normas gerais da União Federal nesse campo.
- B) É uma competência enumerada e comum, sendo certo que os Estados-membros, devido ao princípio da autonomia federativa, não precisam observar as normas gerais editadas pela União Federal.
- C) Os municípios possuem competência residual nesse campo.
- D) Em caso de conflito entre normas orçamentárias editadas pela União Federal e as normas orçamentárias editadas pelos Estados-membros, devem prevalecer aquelas porque as normas

- federais são hierarquicamente superiores às normas estaduais.
- E) Trata-se de competência concorrente imprópria, enumerada e comum.
57. No que diz respeito aos limites e parâmetros constitucionais de remuneração dos vereadores, é **CORRETO** afirmar que
- A) o valor total da despesa com remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município, podendo esse valor ser excedido mediante autorização expressa do Tribunal de Contas do Estado.
- B) o subsídio dos vereadores será fixado em cada período legislativo para o subseqüente, sendo que o valor total da despesa com remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de oito por cento da receita do município.
- C) o subsídio dos vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais, em cada legislatura para a subsequente, sendo que em municípios de até 10.000 habitantes ele corresponderá a vinte por cento do subsídio dos deputados estaduais.
- D) o pagamento dos vereadores através de subsídios os impede de receber quaisquer outros tipos de remuneração da Câmara Municipal, inclusive verbas indenizatórias.
- E) o valor total da despesa com remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de dez por cento da receita do poder público quando se tratar de município com mais de 1.500.000 habitantes.
58. Em relação ao regime constitucional dos Tribunais de Contas dos Estados, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Os Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados nomeados por livre escolha pelo governador do Estado não gozam de vitaliciedade por não serem agentes públicos concursados.
- B) Os Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados livremente nomeados pelo governador do Estado podem ser destituídos do cargo por ato *ad nutum*.
- C) A possibilidade de o governador do Estado nomear livremente um Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado é inconstitucional porque fere a exigência constitucional de concurso público.
- D) Os Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados possuem as mesmas prerrogativas, vantagens e vencimentos dos desembargadores dos Tribunais de Justiça, mas a eles não se aplicam os mesmo impedimentos.
- E) Os Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados gozam das mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos desembargadores dos Tribunais de Justiça.
59. No que diz respeito à supremacia da constituição, assinale alternativa **CORRETA**.
- A) A supremacia material da constituição decorre exclusivamente da existência de cláusulas pétreas em seu texto.
- B) O princípio da “interpretação conforme” impõe ao aplicador do direito o dever de interpretar a constituição de acordo com aquilo que já está disposto previamente nas leis.
- C) A supremacia formal da constituição decorre de fatores exclusivamente políticos e culturais.
- D) A supremacia formal da constituição decorre da ideia de rigidez e da existência de mecanismos de controle de constitucionalidade.
- E) Os mecanismos de controle de constitucionalidade existem para afirmar a supremacia e imperatividade das leis.
60. Sobre o controle político de constitucionalidade, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) No sistema brasileiro, é vedado aos Tribunais de Contas realizarem controle de constitucionalidade de leis.
- B) Os Tribunais de Contas podem declarar a inconstitucionalidade de lei através de decisão monocrática.
- C) No sistema constitucional brasileiro, o controle de constitucionalidade das leis é monopólio do Poder Judiciário.
- D) Os Tribunais de Contas podem exercer controle político repressivo de constitucionalidade no caso concreto e pela via incidental.
- E) Em regime excepcional, os Tribunais de Contas podem declarar a inconstitucionalidade de leis, situação em que exercem função judicial atípica.
61. Sobre o controle externo da Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Por se tratar de atribuição própria do Presidente da República, o Tribunal de Contas da União não detém o exercício do poder regulamentar, não podendo expedir atos ou instruções normativas sobre matérias de sua competência ou jurisdição, as quais ficam restritas à edição de lei complementar ou de lei ordinária no âmbito do Poder Legislativo.
- B) Por não deter função jurisdicional típica, não compete ao Tribunal de Contas aplicar sanções aos respectivos responsáveis, mesmo em casos de ilegalidade de despesa ou de irregularidade de contas, cabendo-lhe apenas a emissão de parecer não coercitivo.
- C) Não cabe ao Tribunal de Contas da União realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil em relação à legalidade dos atos de admissão de pessoal das Autarquias Federais e das Fundações Públicas de caráter Federal, por implicar violação de competência.

- D) Em observância ao princípio constitucional da separação de poderes, não cabe ao Congresso Nacional receber do Tribunal de Contas relatório, semestral ou anual, de suas atividades.
- E) As decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
62. Com relação à Lei n. 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Os fundos serão voltados à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, devendo ser instituídos no âmbito de competência de cada um dos municípios da Federação.
- B) Os fundos de que trata a Lei n. 11.494/2007, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, podem ser compostos de receitas derivadas do produto da arrecadação do imposto que a União eventualmente instituir no exercício da competência residual.
- C) A instituição do Fundeb e a aplicação de seus recursos isentam os estados, o Distrito Federal e os municípios da obrigatoriedade da aplicação da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- D) É vedado à União complementar os recursos dos fundos instituídos no âmbito dos estados e do Distrito Federal, mesmo que o valor médio ponderado por aluno não alcance o mínimo definido nacionalmente, considerando-se o valor de referência relativo aos anos iniciais do ensino fundamental urbano.
- E) Para complementação dos fundos previstos na Lei 11.494/2007, a União poderá utilizar os valores oriundos da arrecadação da contribuição social do salário-educação.
63. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário mantêm, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de
- A) dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade subsidiária, de qualquer irregularidade ou ilegalidade que os responsáveis pelo controle interno tomarem conhecimento.
- B) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e de orçamentos da União.
- C) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, exceto dos direitos e haveres da União.
- D) suprir o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- E) Legitimar qualquer cidadão, associação ou sindicato para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União, exceto partidos políticos, em razão do princípio da impessoalidade da Administração Pública.
64. Sobre o controle da Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Controle da Administração Pública é a força aplicada ao maquinário administrativo estatal com o objetivo de impedir sua atuação fora dos limites do sistema legal institucionalizado, que contrariam os valores que conformam o direito. É, basicamente, a atividade que determina como a Administração deve se portar para cumprir sua missão constitucional.
- B) A máquina estatal, por determinação constitucional, está sujeita a um efetivo controle do Poder Legislativo – com auxílio do Tribunal de Contas –, da sociedade e do Judiciário, além do mister essencial de zelar pela excelência de sua própria atuação, conforme o obrigatório exercício do *autocontrole*. O Ministério Público, nesse contexto, na condição de órgão dependente do Judiciário, exerce o controle indireto da Administração Pública.
- C) A Administração Pública deve funcionar de forma harmônica; para tanto, é essencial a existência de órgãos de controle *legitimamente* constituídos que atuem de maneira a vigiar, guiar e corrigir suas condutas. O Judiciário se apresenta, dessa forma, como órgão apto a anular e revogar atos administrativos não condizentes com o ordenamento jurídico.
- D) Os princípios estampados no *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988 vinculam o controle da Administração Pública. São eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, impessoalidade e eficácia.
- E) Em respeito ao princípio da tripartição dos poderes (art. 2º da CF/88), o Judiciário não pode controlar a legalidade dos atos administrativos do Poder Executivo.
65. Acerca da anulação do ato administrativo, no exercício do controle da Administração Pública, é **CORRETO** afirmar que
- A) possui efeitos *ex nunc*.
- B) o Judiciário possui competência exclusiva para anulação do ato administrativo.
- C) possui efeitos *ex tunc*.
- D) a Administração Pública possui competência exclusiva para anulação do ato administrativo
- E) é um ato preponderantemente discricionário.
66. Sobre a Lei Complementar n. 141/12, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) É vedado aos estados e municípios que estabelecerem consórcios ou outras formas legais de cooperativismo, para a execução conjunta de

ações e serviços de saúde e cumprimento da diretriz constitucional de regionalização e hierarquização da rede de serviços, o remanejamento entre si de parcelas dos recursos dos Fundos de Saúde derivadas tanto de receitas próprias como de transferências obrigatórias.

- B) O Ministério da Saúde definirá e publicará, semestralmente, utilizando metodologia pactuada na comissão intergestores tripartite e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, os montantes a serem transferidos a cada estado, ao Distrito Federal e a cada município para custeio das ações e serviços públicos de saúde.
- C) Os recursos do Fundo Nacional de Saúde, destinados a despesas com as ações e serviços públicos de saúde, de custeio e capital, a serem executados pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios, serão transferidos diretamente aos respectivos fundos de saúde, de forma regular e automática, dispensada a celebração de convênio ou outros instrumentos jurídicos.
- D) É de competência exclusiva do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas de cada ente da Federação manter sistema de registro eletrônico centralizado das informações de saúde referentes aos orçamentos públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluída sua execução, garantido o acesso público às informações.
- E) Cabe aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, quando necessário, excluir da base de cálculo das receitas de que trata a Lei Complementar 141/12 quaisquer parcelas de impostos ou transferências constitucionais vinculadas a fundos ou despesas, por ocasião da apuração do percentual ou montante mínimo a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde.
67. Sobre o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas, é **CORRETO** afirmar que:
- A) Nenhum documento, dado ou informação legalmente requisitado pode ser sonegado ao Tribunal de Contas, salvo os classificados como discricionários, fruto da regular gestão pública.
- B) O Tribunal de Contas pode utilizar como instrumentos de fiscalização a auditoria, o inquérito administrativo, a inspeção, o monitoramento e o acompanhamento.
- C) Quando cabível, é facultado ao Tribunal de Contas comunicar à autoridade competente irregularidades detectadas, para que se possa tomar as providências necessárias.
- D) As autoridades do Tribunal de Contas têm irrestrito acesso a todas as fontes de informações em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do Tribunal, inclusive a sistemas de processamento eletrônico de dados.
- E) Cabe ao Tribunal de Contas a revogação de atos administrativos que ilegalmente promovam prejuízos ao erário, inclusive via medidas cautelares.

68. Sobre as Competências do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCEMS), é **CORRETO** afirmar que:

- A) ao Tribunal compete a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos municípios quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas.
- B) não cabe ao TCEMS a competência de emitir parecer prévio sobre as contas que o governador e os prefeitos prestem anualmente, pois influenciaria ilegalmente na emissão de parecer final conclusivo das contas das referidas autoridades públicas.
- C) compete ao TCEMS julgar apenas as contas das pessoas jurídicas sujeitas à sua jurisdição, na condição de autoridade pública que, de alguma forma, atua na gestão de receitas públicas.
- D) compete ao TCEMS realizar, por iniciativa do Poder Legislativo ou de comissão técnica ou de inquérito, inspeções ou auditorias contábeis, financeiras, orçamentárias, operacionais ou patrimoniais nas contas de seus jurisdicionados. Logo, o TCEMS não pode, por iniciativa própria, iniciar e julgar procedimentos investigatórios sobre as contas públicas, em respeito ao princípio do devido processo legal.
- E) compete ao TCEMS revogar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão ao Poder Legislativo competente.

69. Para os efeitos das normas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, é considerada infração toda violação de prescrição constitucional, legal ou regulamentar que discipline a prática de atos sujeitos ao controle externo, tais como:

- A) a efetivação, mesmo que potencial, de prestação de contas no prazo estabelecido.
- B) o ato que acarrete, efetiva ou potencialmente, dano ao erário.
- C) a criação ou o provimento de cargos públicos sem prévia autorização do Tribunal de Contas.
- D) a prática de qualquer ato administrativo conforme os requisitos formais ou materiais exigidos e a falta de transparência nas contas públicas.
- E) a sonegação de quaisquer dados, informações ou documentos solicitados regularmente pela autoridade do Tribunal ou do Ministério Público de Contas, exceto os atos já fiscalizados pelo controle interno do ente administrativo sindicado pelo Tribunal de Contas.

70. São elementos integrantes da Lei de Orçamento, entre outros:

- A) quadro discriminativo da receita mínima obrigatória por fontes e respectiva legislação; sumário geral da receita por fontes e da despesa máxima autorizada por funções do Governo.

- B) quadro discriminativo das fontes de receita e respectiva legislação; sumário geral da receita por fontes e das funções do governo responsáveis pelas despesas.
- C) quadro discriminativo da despesa por fontes e respectiva legislação; sumário geral da receita por funções do governo e da despesa por fontes.
- D) quadro discriminativo do equilíbrio entre os elementos constitutivos da receita por fontes e respectiva legislação; sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do governo.
- E) quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação; sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
71. O exame e a emissão de parecer sobre projetos de lei relativos ao orçamento anual da União, às diretrizes orçamentárias, ao plano plurianual e aos créditos adicionais competem
- A) ao Ministério Público.
- B) ao Ministério da Fazenda.
- C) ao Tribunal de Contas.
- D) às duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- E) à comissão mista permanente de senadores e deputados federais.
72. Com relação a pagamentos devidos por empresas públicas e sociedades de economia mista por força de sentença judicial transitada em julgado, é **CORRETO** afirmar que:
- A) Devem ser feitos na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, facultada a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.
- B) Devem ser feitos na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para outros fins.
- C) Não incidem sobre eles as normas pertinentes aos precatórios.
- D) Devem ser feitos na ordem cronológica inversa de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.
- E) Devem ser feitos na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim, somente quando pertinentes a obras públicas ou serviços prestados por particulares, derivados de licitação pública.
73. Em relação aos tributos, segundo o Código Tributário Nacional e a Constituição Federal, é **CORRETO** afirmar que:
- A) sua instituição compete à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, abrangendo três espécies (impostos, taxas e contribuição de melhoria) e são receitas correntes cujo produto destina-se ao custeio de atividades gerais ou específicas.
- B) sua instituição compete à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, abrangendo três espécies (impostos, taxas e contribuição de melhoria) e são receitas derivadas cujo produto destina-se ao custeio de atividades gerais ou específicas.
- C) sua instituição compete à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, abrangendo três espécies (impostos, taxas e contribuição de melhoria) e são receitas de capital cujo produto destina-se ao custeio de atividades gerais ou específicas.
- D) sua instituição compete à Administração Pública Direta e Indireta, excluída a fundacional, abrangendo três espécies (impostos, taxas e contribuição de melhoria) e são receitas derivadas cujo produto destina-se ao custeio de atividades gerais ou específicas.
- E) sua instituição compete à União, aos Estados, aos Municípios, ao Distrito Federal e às autarquias de regime especiais, abrangendo três espécies (impostos, taxas e contribuição de melhoria) e são receitas derivadas.
74. A fixação de cotas trimestrais de despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar para assegurar a essas unidades, em tempo hábil, os recursos necessários e suficientes, e também para manter o equilíbrio financeiro, é definida por intermédio de
- A) ato administrativo de competência do Poder Executivo.
- B) ato do Poder Legislativo.
- C) ato legislativo de competência do Poder Executivo.
- D) ato administrativo de competência do Poder Legislativo.
- E) ato do Tribunal de Contas.
75. A fim de minimizar insuficiências de tesouraria, é preciso buscar o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, o que se faz mediante
- A) a fixação de cotas em quadro aprovado pelo Poder Legislativo, pertinente à despesa autorizada a cada unidade orçamentária, relativamente a cada trimestre.
- B) a fixação de cotas em quadro aprovado pelo Poder Executivo, pertinente à despesa autorizada

QUESTÃO 72 ANULADA.

- a cada unidade orçamentária, relativamente a cada trimestre.
- C) a fixação de cotas de despesas para cada exercício financeiro, por meio de quadro aprovado pelo Poder Executivo para cada unidade orçamentária.
- D) a fixação de cotas em quadro aprovado pelo Tribunal de Contas, pertinente à despesa autorizada a cada unidade orçamentária, relativamente a cada trimestre.
- E) a fixação de cotas em quadro aprovado pelo Poder Executivo, pertinente à receita autorizada a cada unidade orçamentária, relativamente a cada trimestre.
76. Sobre as normas de gestão financeira e patrimonial de sociedades de economia mista, é **CORRETO** afirmar que:
- A) constituem questão de competência interna de tais entidades, sociedades anônimas que são, em especial a seu conselho de administração e a seu conselho fiscal.
- B) devem ser objeto de normas administrativas derivadas de regimento próprio, pois essas entidades têm patrimônio, orçamento e personalidade jurídica independentes do Estado.
- C) são de competência do chefe do Poder Executivo a que estão vinculadas, o qual o fará mediante decreto regulamentar.
- D) competem ao Poder Legislativo, mediante lei complementar.
- E) competem ao Poder Legislativo, mediante lei complementar de iniciativa do Tribunal de Contas.
77. Pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, devidos por força de sentença judicial transitada em julgado, decorrentes de benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundados em responsabilidade patrimonial, salários, proventos, vencimentos, pensões e suas complementações, são considerados:
- A) débitos de relevante interesse público e devem ser pagos com preferência sobre todos os demais débitos.
- B) débitos de natureza indenizatória, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição e devem ser pagos com preferência sobre todos os demais débitos.
- C) débitos de natureza alimentícia e devem ser pagos com preferência sobre todos os demais débitos, salvo sobre os de mesma natureza, na forma e limites constitucionais, cujos titulares tenham sessenta anos de idade ou mais na data em que foi expedido o precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei.
- D) débitos de natureza alimentícia e devem ser pagos com preferência sobre todos os demais débitos devidos a pessoas de idade igual ou superior a sessenta anos.
- E) débitos de natureza alimentícia e devem ser pagos com preferência sobre todos os demais débitos
78. Competência tributária é a aptidão conferida à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para instituir tributos. Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar
- A) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos e o custeio do serviço de iluminação pública.
- B) Em nenhuma hipótese a União poderá instituir impostos não previstos no artigo 150 da competência tributária.
- C) Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais acerca de tributar.
- D) A União pode criar, via lei complementar, impostos não previstos na Constituição Federal de 1988, desde que sejam não cumulativos e não tenham como gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nessa Constituição.
- E) A indelegabilidade não é característica essencial da competência tributária, razão pela qual o ente federativo destinatário da competência tem a faculdade de transferi-la a outro.
79. Segundo o texto constitucional, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS)
- A) será cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- B) não incidirá sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica.
- C) não se lhe aplica o princípio da essencialidade, que é específico do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).
- D) cabe à lei ordinária definir seus contribuintes e disciplinar o regime de compensação do imposto.
- E) compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.
80. Em relação às imunidades tributárias, marque a alternativa **CORRETA**.
- A) O princípio da imunidade recíproca entre os entes federativos é extensível às autarquias, sociedades de economia mista e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao

natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

- D) O produto da arrecadação das contribuições sociais instituídas com base no art. 195 da Constituição Federal de 1988 deverá ser repartido com Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos da lei.
- E) Não pertence ao Município de Campo Grande (MS) nenhuma parcela do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) licenciados em seu território, uma vez que esse imposto é de competência privativa dos Estados e do Distrito Federal.

85. Sobre o estudo prévio de impacto ambiental e o licenciamento ambiental, é **CORRETO** afirmar que:

- A) partindo do pressuposto de que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo, as despesas relacionadas ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e ao licenciamento ambiental deverão ser arcadas por toda a coletividade.
- B) durante o procedimento do estudo prévio de impacto ambiental são expedidas a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação, cada uma delas correspondendo a uma fase específica de implantação do projeto.
- C) o licenciamento ambiental de atividades modificadoras do meio ambiente, a exemplo de complexos e unidades industriais e agroindustriais, substitui a realização do Estudo Prévio de Impacto Ambiental.
- D) o Estudo Prévio de Impacto Ambiental é obrigatório para toda atividade capaz de causar significativa degradação do meio ambiente e, apenas nesses casos, deverá anteceder o licenciamento ambiental.
- E) é possível a dispensa do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e do licenciamento ambiental para obras públicas potencialmente poluidoras de relevante interesse social.

86. Considerando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, é **CORRETO** afirmar que:

- A) as unidades de conservação só podem ser criadas por lei em sentido formal, um ato que deve ser obrigatoriamente precedido por estudos técnicos e consulta pública.
- B) uma vez que não compete aos municípios a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza é constituído apenas pelo conjunto de unidades de conservação federais e estaduais.
- C) visando salvaguardar o princípio da proibição do retrocesso, a legislação ambiental brasileira veda expressamente a transformação de uma Unidade de Proteção Integral em uma Unidade de Uso Sustentável.

D) mediante instrumento normativo do mesmo nível hierárquico daquele que criou a unidade de origem, e desde que obedecidos os procedimentos de consulta pública, é possível transformar, total ou parcialmente, uma Área de Proteção Ambiental em uma Estação Ecológica.

- E) as Unidades de Conservação da Natureza, a Floresta Amazônica, o Cerrado e o Pantanal são considerados patrimônio nacional e, portanto, integram o conceito de espaços territoriais especialmente protegidos.

87. Em relação à responsabilidade da pessoa jurídica em decorrência da prática de crimes ambientais, é **CORRETO** afirmar que:

- A) é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício.
- B) a pena restritiva de direitos da pessoa jurídica, no que tange à proibição de contratar com o Poder Público, terá duração máxima de 3 (três) anos.
- C) a responsabilidade penal da pessoa jurídica independe da cominação de sanção administrativa em relação ao mesmo fato e somente pode existir nos casos em que a ação ou a omissão ocorrerem no interesse ou no benefício da entidade.
- D) o ordenamento jurídico brasileiro não admite a desconsideração da pessoa jurídica, pois esta, possuindo personalidade distinta de seus membros, responde diretamente pelos danos ambientais decorrentes de suas atividades.
- E) as pessoas jurídicas, sejam elas de direito público ou de direito privado, não poderão incorrer na pena de prestação de serviços à comunidade.

88. Sobre o Sistema de Reserva Legal (SISREL), instituído no Estado de Mato Grosso do Sul pelo Decreto n. 12.528/2008, é **CORRETO** afirmar que:

- A) de acordo com o que determina o Decreto n. 12.528/2008, em razão da existência de vários imóveis e, como consequência, da impossibilidade de gestão da área, não é possível a instituição de reserva legal em condomínio.
- B) ressalvados os casos previstos em lei federal, é possível a alteração da destinação da área de reserva legal nos casos de transmissão, a qualquer título, de desmembramento, de unificação ou de retificação da área.
- C) o SISREL, um sistema gerenciado pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, tem por finalidade garantir que o território do Estado tenha, no mínimo, o índice de vinte por cento de cobertura vegetal nativa relativa à reserva legal.
- D) não poderá ser computada para constituição de reserva legal as áreas com plantio de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais, compostas por espécies exóticas, cultivadas em sistema

intercalar ou em consórcio com espécies nativas, ainda que se trate de uma pequena propriedade ou posse rural familiar.

- E) entre as diretrizes do Sisrel encontra-se a conservação de qualquer cobertura vegetal representativa de ecossistemas nacionais.
89. A respeito do Sistema Nacional do Meio Ambiente, instituído pela Lei n. 6.938/1981, é **CORRETO** afirmar que:
- A) cabe ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, órgão central do Sisnama, estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
- B) na condição de executor do Sisnama, compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, como órgão federal, executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- C) é atribuição do Conselho de Governo, órgão consultivo do Sisnama, assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
- D) à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, órgão superior do Sisnama, compete planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- E) no Sisnama, os órgãos seccionais são municipais e atuam na execução de programas e projetos, assim como no controle e na fiscalização de atividades capazes de provocar degradação ambiental.
90. Sobre a repartição de competências legislativas em matéria ambiental, é **CORRETO** afirmar que:
- A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios detêm competência concorrente para legislar sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- B) é competência exclusiva da União legislar sobre a proteção das florestas, da fauna e da flora, assim como sobre a exploração dos portos marítimos, fluviais e lacustres.
- C) a competência legislativa dos Estados é pautada pelo interesse local e, para o seu satisfatório exercício, deve-se levar em consideração o princípio da predominância do interesse.
- D) é competência exclusiva dos Municípios legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- E) A competência para legislar sobre desapropriação é privativa da União, cabendo delegação aos Estados, sobre questões específicas a ela refe-

rentes, apenas mediante a edição de Lei Complementar.

91. Com relação ao auxílio-acidente e suas características, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Exige carência de 12 meses.
- B) A renda mensal do benefício equivale a 50% (cinquenta por cento) do salário de benefício do auxílio-doença originário.
- C) É acumulável com a aposentadoria por invalidez.
- D) É indenização mensal devida ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes apenas de acidente de trabalho, resultarem sequelas que impliquem a redução da capacidade do trabalho.
- E) O auxílio-acidente será devido a contar do 16º dia após a cessação do auxílio-doença.
92. No dizer de Wagner Balera: “a realidade que provoca e justifica o surgimento da proteção previdenciária é, por natureza, o *risco social*. Risco assumido pela comunidade em seu todo considerada, mas cujo suporte maior é encargo dos trabalhadores, dos empregadores e do Estado.” (BALERA, Wagner. *Sistema de Seguridade Social*. São Paulo: LTr, 2000, p. 31).
- Com base no texto acima e na legislação previdenciária do Regime Geral de Previdência Social, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) O benefício auxílio-moradia é devido aos dependentes de segurado independentemente da renda destes.
- B) A previdência social é organizada sob a forma de regime único, de caráter gratuito e de filiação facultativa.
- C) São dependentes do segurado o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, até 18 (dezoito) anos completos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente.
- D) O salário-família só é devido aos dependentes dos segurados de baixa renda.
- E) A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta lei, completar 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos, se mulher.
93. Com relação ao auxílio-doença e suas características, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Tem, como prazo de carência, 18 contribuições mensais.
- B) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

QUESTÃO 92 ANULADA.

- C) Deve ficar configurada obrigatoriamente a incapacidade permanente para o trabalho.
- D) É devido ao segurado empregado a contar do primeiro dia de afastamento da atividade.
- E) A renda mensal do benefício equivale a 100% do salário de benefício.
94. Com relação ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) São beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul, na condição de dependente do segurado: o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.
- B) São beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul, na condição de dependente do segurado: o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente.
- C) São beneficiárias do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul, na condição de dependente do segurado: as filhas maiores, solteiras e sem renda, desde que o falecimento do segurado tenha ocorrido antes da Constituição de 1988.
- D) A dependência do cônjuge, do companheiro ou da companheira, do filho, dos pais e irmãos, deve ser comprovada para fazer jus ao benefício de pensão por morte.
- E) São beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul, na condição de dependente do segurado: o cônjuge, a companheira, o companheiro, a pessoa do mesmo sexo que mantém união homoafetiva pública e duradoura com o segurado, e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos ou inválido.
95. Em relação aos critérios que devem ser observados pelos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, bem como de auditoria, por entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.
- B) Coberturas para servidores públicos titulares de cargos efetivos e comissionados e para militares, e seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre estados, entre estados e municípios e entre municípios.
- C) Financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo e inativo, e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes.
- D) Possibilidade de inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança ou de cargo em comissão, desde que tais parcelas tenham sido percebidas pelo servidor em atividade por um período mínimo de 5 anos.
- E) Coberturas para servidores públicos titulares de cargos efetivos e comissionados, bem como para os detentores de mandato eletivo e seus dependentes.
96. O MSPREV rege-se por alguns princípios de Direito Previdenciário. Assinale qual dos princípios abaixo está de acordo com o Regime Próprio de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul.
- A) Caráter contributivo e individual, atendidos critérios que lhe preservem apenas o equilíbrio financeiro.
- B) Seletividade de participação nos planos previdenciários.
- C) Vedação à criação, majoração ou extensão de qualquer benefício sem a correspondente fonte de custeio total.
- D) Manutenção dos benefícios de aposentadoria, reforma, reserva remunerada ou pensão em valor mensal não inferior ao piso salarial regional do Mato Grosso do Sul.
- E) Irredutibilidade do valor dos benefícios, sem qualquer exceção.
97. Segundo o Direito Penal brasileiro, analise os itens abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) São elementos que integram o fato típico: a conduta humana, o resultado, o nexo causal e a ilicitude.
- B) São excludentes legais de ilicitude: o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento de dever legal, o exercício regular de direito e o consentimento do ofendido.
- C) Integram o crime tentado: o início da execução e a não consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente, a qual pode ser dar a título de dolo ou de culpa.
- D) Sobre a lei penal no tempo, o Código Penal Brasileiro adotou a Teoria da Ubiquidade.
- E) O crime é consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
98. Considere o caso hipotético a seguir: Fulvio, auditor do Tribunal de Contas de determinado estado da federação, deixa, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do

cargo. Nesse caso, segundo as disposições do Código Penal Brasileiro, Fúlvio cometeu, em tese, o crime de:

- A) prevaricação imprópria.
- B) prevaricação própria.
- C) desobediência.
- D) condescendência criminosa.**
- E) favorecimento pessoal.

99. Considerando os crimes contra a Administração Pública, analise os itens e marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Segundo o Código Penal Brasileiro, no crime de peculato culposo, a reparação do dano, quando feita antes da sentença penal irrecorrível, é causa obrigatória de redução de pena.
- B) Pratica o crime de corrupção passiva o funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- C) Segundo o Código Penal Brasileiro, não é punível criminalmente aquele que ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.
- D) A denúncia nos crimes de lavagem de capital, segundo a Lei n. 9.613/1998 e suas recentes alterações legislativas, será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos na mencionada lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente.**
- E) Segundo o Código Penal Brasileiro, não é punível criminalmente aquele que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei.

100. Analise os itens abaixo e marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) Segundo dispõe a Lei n. 8.429/1992, são considerados atos de improbidade administrativa: atos que importam em enriquecimento ilícito; Atos que causam prejuízo ao erário; Atos que atentam contra os princípios da administração pública.
- B) Os crimes definidos na Lei n. 8.666/1993, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.
- C) Segundo o que dispõe a Lei n. 9.605/1998, as penas de interdição temporária de direito são: a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de

licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos.

- D) Segundo dispõe a Lei n. 10.028/2000, constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas a conduta de deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei. Nesse caso, a infração será processada e julgada, obrigatoriamente, pelo Tribunal de Contas da União em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado a que competir a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da pessoa jurídica de direito público envolvida.**
- E) Segundo dispõe a Lei n. 4.898/1965, o abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa, civil e penal.

RASCUNHO

RASCUNHO